

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO / COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

DESEMPENHO FINANCEIRO E OPERACIONAL CONSOLIDADO

Mais uma vez, suportada por fortes fundamentos, a Companhia encerrou um ciclo de 12 meses com indicadores positivos como o aumento do número de novos clientes, crescimento em todas as linhas de receita e lucro recorde de R\$137.863 mil, 14,6% superior ao ano anterior. A TOTVS alcançou EBITDA (\*) ("Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization", lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$289.552 mil em 2010, com crescimento de 16,2% sobre o ano de 2009 e a margem EBITDA(\*\*) atingiu 25,6%, acima 40 pontos-base quando comparada à margem de 2009. A Companhia tem conseguido crescer e ao mesmo tempo ampliar sua lucratividade, sem afetar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, fundamentais para a construção do futuro da TOTVS. O ganho de margem e o fim do crescimento da receita continuado a uma forte captura de sinergias oriundas das empresas adquiridas nos últimos anos, e de ganho de eficiência no sistema interno de gestão, com implantação de novos processos e de indicadores de qualidade.

À TOTVS encerra o ano de 2010 com receita bruta de R\$1.233.203 mil, receita líquida de R\$1.129.475 mil, com crescimento de 14,2% sobre a receita líquida de 2009. A reorganização no sistema de distribuição, iniciada no segundo semestre de 2009, e a expansão econômica do Brasil e da região, colaboraram significativamente com esse desempenho. A receita de taxas de licenciamento totalizou R\$278.845 e cresceu 22,1% ante os R\$228.270 mil de 2009. O incremento é justificado pela adição de 2840 novos clientes de software, e pelo significativo número de clientes atendidos na atual base da TOTVS. A receita de serviços foi superior em 10,7%, de 2009, alcançando R\$367.698 mil. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento no volume de implementações, em função de novas vendas de software para clientes da base e novos e a ampliação das operações dos Serviços de Valor Agregado e de Consultoria.

A receita de manutenção encerrou 2010 com R\$513.860 mil, montante 12,6% acima dos R\$456.515 mil de 2009. O aumento da base de clientes ativos da Companhia, isto é, que pagam mensalmente por serviços de atualização do software e atendimento, afeta diretamente essa linha de receita, bem como a baixa perda de clientes ao longo do ano foram causas importantes do crescimento dessa rubrica. A TOTVS encerrou 2010 com mais de 26 mil clientes ativos.

O custo das taxas de licenciamento apresentou crescimento de 5,3%, saindo de R\$22.909 mil, em 2009, para R\$24.118 mil, em 2010. Essa linha de custo representa o custo com soluções de terceiros vendidas pela Companhia. A soma dos custos de serviços e vendas totalizou R\$353.332 mil em 2010, crescimento de 19,1% sobre 2009. Esse crescimento de custos, superior ao da receita de serviços, deve-se principalmente ao processo de reestruturação das franquias, principais canais de distribuição da Companhia, que, embora tenha ocorrido no final de 2009, ainda apresentou reflexo de perda de eficiência em 2010. As despesas com pesquisa e desenvolvimento atingiram R\$149.924 mil em 2010, e representaram 13,3% da receita líquida da Companhia. A ampliação dos investimentos na tecnologia proprietária da TOTVS, a fim de torná-la mais versátil, e investimentos em inovações como no segmento de TV digital, foram os principais itens que influenciaram essa linha de despesa, que, conforme já descrito anteriormente, são fundamentais para o futuro dentro do setor de tecnologia da informação.

As despesas com honorários da administração atingiram em 2010 R\$27.967 mil, redução de 11,9% sobre o valor do ano de 2009, influenciado pela provisão do atingimento proporcional das metas financeiras da empresa. A despesa com provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2009 acumulou R\$10.595 mil, 37,2% superior a 2009. O incremento é decorrente da análise da carteira de recebíveis da empresa, e o julgamento sobre potenciais perdas que a empresa possa ter, e que corresponde a 0,9% da receita líquida 2010 (0,8% em 2009).

As despesas com depreciação e amortização totalizaram em 2010 R\$77.883 mil, ante R\$69.918 mil em 2009, aumento de 11,4%. Essa elevação do patamar de despesas com depreciação e amortização traduz o crescimento da infraestrutura da Companhia e o aumento do volume de amortização de intangíveis oriundos de aquisições de operações.

As despesas financeiras alcançaram R\$38.172 mil, um aumento de 35% em comparação às despesas de R\$50.481 mil em 2009. Esse aumento decorre, principalmente, da maior despesa de juros com capital próprio (R\$27.000 mil em 2010 vs. R\$22.500 mil em 2009), juros sobre financiamentos BNDES e PROSOFT (R\$37.023 mil em 2010 vs. R\$33.480 mil em 2009), marcação a mercado do prêmio de não conversão das debêntures (R\$11.801 mil em 2010 vs. R\$9.442 mil em 2009), e deságio na emissão de ações aos debenturistas em 19 de agosto de 2010 quando da conversão obrigatória a preço inferior ao de mercado (R\$7.442 mil em 2010 vs. R\$10.200 mil em 2009).

O caixa da TOTVS em 31 de Dezembro de 2010 é de R\$232.508 mil, representando um aumento de 11,9% sobre a posição de R\$207.721 mil em 31/12/2009. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro. O lucro líquido alcançou o recorde de R\$137.863 mil em 2010, crescimento de 14,6% na comparação com 2009.

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando uma das sugestões do Ofício Circular CVM nº 01/2007, consistindo no lucro antes dos impostos e contribuições, das participações de minoritários, despesas/receita financeira líquida (receita e despesas financeiras), depreciação e amortização e resultado não operacional.

(\*\*) A margem de EBITDA representa a relação percentual entre o EBITDA e receita líquida.

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2010, as ações em circulação (*free float*) representavam 76,4% do total de ações da Companhia, ou 24.035.873 de um total de 31.459.272 ações. O percentual que não faz parte do *free float* corresponde às participações dos administradores da Companhia, incluindo as pessoas vinculadas e empresas controladas por estes (18,33%), assim como a participação da BNDES Participações S/A (5,27%). Em 2010 as ações da TOTVS (Bovespa: TOTVS3) apresentaram valorização de 43,2% frente a valorização de 1,0% do IBOVESPA. O volume financeiro médio no ano de 2010 registrou R\$15,7 milhões/dia, contra R\$4,9 milhões/dia no ano de 2009, crescimento de 217,7%.

Juros sobre o capital próprio referentes ao exercício 2009: aprovados e pagos respectivamente em 10 de dezembro de 2009 e 20 de janeiro de 2010, o montante de R\$22.500 mil é relativo ao exercício 2009 e foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da TOTVS, resultando em um valor por ação de R\$0,7223 (setenta e dois centavos).

Dividendos referentes ao exercício 2009: Em 14 de abril de 2010, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 24 de março de 2010, a Companhia distribuiu dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$49.598 mil, resultando em um valor por ação de R\$1,5921 (um real e cinquenta e nove centavos).

Juros sobre o capital próprio referentes ao exercício 2010: No dia 21 de dezembro de 2010, a Companhia anunciou aos seus acionistas a deliberação de juros sobre o capital próprio no montante total de R\$27.000 mil, relativos ao exercício de 2010, correspondente a R\$0,858252 por ação, tendo feito jus ao provendo os acionistas detentores de ações de emissão da TOTVS no dia 21/12/2010 pagos no dia 19/01/2011.

A distribuição é relativa ao exercício 2010 e o montante será imputado ao dividendo mínimo obrigatório nos termos do artigo 37 do Estatuto Social da TOTVS.

Dividendos referentes ao exercício 2010: propostos pelo Conselho de Administração em 27 de janeiro de 2011, o montante totaliza R\$83.350 mil e será submetido à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Novo Mercado: a TOTVS foi a primeira Companhia de software brasileira a aderir a modalidade que atende as melhores práticas de governança corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – (BM&FBOVESPA).

Conselho Administrativo: o Conselho de Administração da TOTVS é composto por 5 conselheiros, sendo 4 externos e independentes, segundo as definições do Novo Mercado. A diretoria executiva da Companhia é composta por 29 diretores. A lista com o nome, descrição de cargo e breve currículo dos conselheiros e diretores pode ser encontrada no website www.totvs.com.br.

Comitê de auditoria: criado em 2007, o grupo auxilia o Conselho na tarefa de conduzir da melhor maneira, e segundo as melhores práticas de mercado, a execução da auditoria interna e externa da Companhia. Os membros são eleitos pelo Conselho de Administração, encontrando-se pelo menos 8 vezes ao ano e possui, atualmente, 3 membros.

Comitê de Gente: instituído na TOTVS com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração na definição da remuneração e benefícios dos diretores e conselheiros. Importante ressaltar que hoje a empresa conta com 4 membros, sendo 2 externos.

Arbitragem: Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, o acionista controlador, os administradores, a própria Companhia e os membros do Conselho Fiscal devem comprometer-se a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ou oriunda a estas regras do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, das Cláusulas Compromissórias, em especial, quanto à sua aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, através da arbitragem. Também serão resolvidas por arbitragem as divergências quanto à alienação de Controle da Companhia.

Declaração da Diretoria: em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os diretores da TOTVS declaram que discutiram, reviram e concordaram com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que prescrevem no website www.totvs.com.br. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes.

Procedimentos adotados pela Companhia, conforme inciso III, art. 2º Instrução CVM nº 381/03: A Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal, previamente à contratação de outros serviços profissionais que não os relacionados à auditoria contábil externa, consultar os auditores independentes, no sentido de assegurar-se que a realização da prestação destes outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente, bem como obter aprovação de seu Comitê de Auditoria. Adicionalmente são requeridas declarações formais destes mesmos auditores quanto à sua independência na realização dos serviços de não auditoria.

Além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras anuais foram prestados serviços relacionados com auditoria. Os honorários desses serviços totalizaram R\$363,7 mil, representando 45,7% do total dos honorários relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos todos aqueles que de alguma forma fizeram contribuições à Companhia, possibilitando assim o sucesso da TOTVS no mercado brasileiro e latino-americano, em especial reconhecemos as contribuições de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes e nossos parceiros.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado			PASSIVO	Nota	Controladora			Consolidado					
		2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009			2010	2009	1/1/2009	2010	2009	1/1/2009			
<b>Circulante</b>																		
Caixa e equivalentes de caixa	6	177.275	161.860	92.514	232.508	207.721	120.677	14	52.141	48.178	33.392	69.072	59.199	42.329				
Títulos e valores mobiliários	5	6.118	21.450	10.701	14.807	22.469	14.301		9.205	14.723	19.649	17.363	23.984	27.711				
Contas a receber de clientes	7	195.195	175.544	123.645	264.029	230.995	172.352		1.805	3.718	1.856	5.903	7.198	7.937				
Provisão para crédito liquidação duvidosa	7	(16.221)	(14.677)	(11.361)	(20.900)	(20.314)	(19.139)	15	59.289	7.118	4.216	62.029	7.838	5.242				
Dividendos a receber	10	4.097	3.605	74	800	-	-	16	1.839	3.786	4.814	1.923	4.027	5.036				
Tributos a recuperar	9	24.657	28.442	13.952	29.894	32.716	18.664	17	12.155	5.218	5.634	12.155	5.218	5.634				
Outros ativos		10.376	6.967	5.219	16.030	11.646	7.662	21	36.596	31.346	17.624	38.581	32.765	19.135				
		401.497	383.191	234.744	528.678	485.233	314.517	18	10.382	33.159	15.279	10.581	34.777	16.299				
									2.532	2.095	1.566	3.306	3.329	4.542				
									219.083	175.288	121.192	255.215	204.082	151.078				
<b>Não circulante</b>																		
Realizável a longo prazo																		
Títulos e valores mobiliários	6	49.731	17.206	9.969	50.129	19.314	12.428	15	156.230	208.363	163.270	156.230	210.038	163.270				
Contas a receber de clientes	7	14.807	2.242	4.474	14.807	6.000	4.474	16	105	2.044	4.297	114	2.138	4.444				
Créditos com empresas ligadas	10	21.900	27.243	24.764	-	-	-	17	185.795	212.219	202.777	185.795	212.219	202.777				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	155.115	173.433	198.967	170.088	184.159	203.262	8	119.708	137.811	147.477	123.551	143.592	148.185				
Depósito judicial	19	5.916	14.213	28.840	5.916	14.213	28.840	11	1.485	3.045	1.654	-	-	-				
Outros ativos		14.570	3.316	2.327	15.363	4.147	3.265											
Investimentos	11	262.039	237.653	269.341	256.303	227.833	252.269	19	5.876	10.653	35.839	5.876	10.653	35.839				
Imobilizado	12	29.792	26.348	26.343	36.355	32.887	31.863	14	54.074	18.578	22.922	54.074	20.286	25.748				
Intangível	13	554.823	561.064	581.922	593.873	604.071	610.303		1	1.822	1.421	2.568	5.001	1.902				
		960.722	912.298	936.294	886.719	864.801	894.456		523.274	595.135	579.657	528.606	603.927	582.165				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.362.219</b>	<b>1.295.489</b>	<b>1.171.038</b>	<b>1.415.397</b>	<b>1.350.034</b>	<b>1.208.973</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>619.862</b>	<b>525.066</b>	<b>470.189</b>	<b>1.415.397</b>	<b>1.350.034</b>	<b>1.208.973</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>138.196</b>	<b>120.296</b>	<b>137.863</b>	<b>120.296</b>
Ajustes de reconciliação:				
Depreciação e amortização	69.491	65.218	77.883	69.918
Pagamento baseado em ações	11.555	2.020	11.555	2.020
Ganho na venda de ativo permanente	1.391	(3.075)	4.546	(1.531)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.421	5.697	10.595	7.720
Imposto de renda e contribuição social diferido	324	(15.873)	6.673	14.497
Perda em investimentos	(19.619)	(10,21)	(19,619)	(10,21)
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos	40.678	41.702	41.623	42.471
Perda em investimentos	1.354	2.083	-	-
Provisão (Reversão) para contingências	(4.777)	(8.606)	(4.777)	(8.606)
<b>Variação em ativos e passivos operacionais:</b>	<b>(38.093)</b>	<b>(52.048)</b>	<b>(51.850)</b>	<b>(66.714)</b>
Contas a receber de clientes	6.736	4.486	6.736	4.486
Outros ativos	(10.878)	(16.212)	(12.778)	(17.888)
Depósitos judiciais	8.297	(1.954)	8.297	(1.954)
Obrigações sociais e trabalhistas	3.963	14.786	9.873	16.870
Fornecedores	(5.518)	(4.926)	(6.621)	(3.727)
Comissões a pagar	5.250	13.722	5.816	13.630
Impostos a pagar	(1.913)	1.862	(1.295)	(739)
Outras contas a pagar	(1.383)	930	(1.962)	(1.641)
Participação de acionistas não controladores	-	-	(4.150)	917
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>228.916</b>	<b>184.224</b>	<b>217.145</b>	<b>185.540</b>
<b>Fluxos de caixa proveniente das atividades de investimento</b>	<b>-</b>	<b>(46.487)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Aquisição de controladas líquido de caixa	-	(46.487)	-	-
Adição de investimentos	(34.121)	(19.686)	-	(46.487)
Intangível e/ou operações vinculadas:				
Adição de intangíveis à vista	(17.721)	(14.953)	(23.126)	(17.592)
Obrigação por aquisição de investimentos / intangível	(32.100)	13.536	(34.626)	12.816
Títulos e valores mobiliários – Vinculados a intangível	(17.193)	(17.986)	(14.663)	(15.054)
Total intangível e/ou operações vinculadas:	(67.014)	(19.403)	(72.415)	(19.830)
Valor da venda de ativos imobilizados	43	5.656	43	5.656
Redução de investimentos por venda ou incorporação de controlada	-	1.990	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(13.976)	(14.175)	(16.333)	(17.490)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	<b>(115.070)</b>	<b>(92.105)</b>	<b>(88.705)</b>	<b>(78.151)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(30.731)</b>	<b>15.919</b>	<b>(30.731)</b>	<b>15.919</b>
Empréstimos bancários	5.343	(2.479)	5.343	(2.479)
Crédito com empresas ligadas	(69.157)	(36.213)	(68.794)	(36.264)
Obrigações de arrendamento mercantil	(3.886)	-	(4.128)	-
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(98.431)</b>	<b>(22.773)</b>	<b>(103.653)</b>	<b>(20.345)</b>
Aumento utilizado das disponibilidades	15.415	69.346	24.787	87.044
Disponibilidades e valores equivalentes no início do período	161.860	92.514	207.721	120.677
Disponibilidades e valores equivalentes no fim do período	177.275	161.860	232.508	207.721
Pagamento de juros	36.019	33.123	36.019	33.123

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prêmio da compra de acionistas não controladores	Reservas				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
			De capital	Legal	Retenção lucros							
Saldos em 31 de dezembro de 2008	376.493	-	46.831	5.960	23.862	532	-	16.511	470.189	5.541	475.730	
Transações de capital com sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aumento (redução) de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Por aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ágio sobre aquisição de minoritários	-	(19.916)	-	-	-	-	-	-	-	-	12.466	
Plano de outorga de ações	-	-	2.020	-	-	-	-	-	-	-	(3.648)	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.020	
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(6.070)	(16.511)	(19.916)	-	2.020	
Reversão de JCP - não distribuído de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(43.526)	43.526	(22.581)	-	(22.581)	
Reversão de JCP - não distribuído de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(22.500)	-	(22.500)	-	(22.500)	
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	67	-	67	-	67	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão de moeda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Mutações interna do PL	-	-	-	-	-	-	(2.509)	-	(2.509)	-	(2.509)	
Constituição de reservas:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	376.493	(19.916)	48.851	6.915	42.252	(1.977)	(48.267)	43.526	525.066	16.959	542.025	
Transações de capital com sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plano de outorga de ações	-	-	4.106	-	-	-	-	-	4.106	-	4.106	
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(5.822)	(43.526)	(49.348)	-	(49.348)	
Juros sobre o capital próprio - distribuído	-	-	-	-	-	-	(27.000)	54.285	-	-	-	
Debêntures convertidas em ações	29.996	-	7.449	-	-	-	-	-	(27.000)	-	(27.000)	
Ágio sobre aquisição de minoritários	-	(8.394)	-	-	-	-	-	-	(8.394)	-	(8.394)	
Redução por aquisição de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	37.445	-	37.445	
Aumento de capital por aquisição	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.394)	-	(8.394)	
Resultado Abrangente Total	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.266)	-	(6.266)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	137.528	-	137.528	-	137.863	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reservas do período	-	-	-	6.910	43.511	(209)	(50.421)	-	(209)	-	(209)	
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	406.489	(28.310)	60.406	18.885	109.625	(2.186)	-	54.285	619.194	12.382	631.576	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

**1. Contexto Operacional**

A TOTVS S.A., (a seguir designada como "Controladora", "Totvs", ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Av. Braz Leme, 1.639, 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na B3MFBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implantação, consultoria, assessoria e manutenção, e a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo Enterprise Resource Planning (ERP) e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a geração de fluxos de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administração, finanças, operações, industrial, recursos humanos e atendimento ao cliente. As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Totvs foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de janeiro de 2011. Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perferirem precisamente aos totais apresentados. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo combinações de negócios e incorporação de subsidiárias conforme divulgado na Nota 4. Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, ticket médio, market share, entre outros, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

**2. Políticas Contábeis**

As Demonstrações Financeiras da controladora para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que são as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Administração e Controle da B3MFBOVESPA (CPC) e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com os normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações financeiras da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatos observáveis e subjetivos, com base no julgamento da coligada. As demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações financeiras individuais de itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probatório inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, e, quando necessário, as atualiza. As demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações financeiras individuais de todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2010. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais estão mensurados pelo valor justo.

**2.1. Bases de consolidação** - As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das subsidiárias empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão Social	% de Participação	
2010	2009	
Totvs Rio Software Ltda. ("Totvs Rio")	100,00	100,00
Totvs Argentina S.A. ("Totvs Argentina")	89,80	100,00
Totvs México S.A. de C.V. ("Totvs México")	99,99	98,00
Totvs Corporation ("Totvs Corporation")	100,00	100,00
Totvs Nordeste Software Ltda. ("Totvs Nordeste")	100,00	100,00
Setware Informática Ltda. ("Setware") (d)	100,00	100,00
Totvs Brasília Software Ltda. ("Totvs Brasília")	100,00	100,00
RO Resultados em Outsourcing Ltda. ("RO")	100,00	100,00
Inteligência Organizacional Serviços, Sistemas e Tecnologia em Software Ltda. ("IOS")	100,00	100,00
Eurototvs Ltda. ("Eurototvs")	100,00	100,00
TOTVD Software Ltda. ("TOTVD") (c)	100,00	55,00
Look Informática S.A. ("Look")	100,00	100,00
BCS Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("BCS Comércio")	100,00	100,00
BCS Sistemas Computacionais Ltda. ("BCS Sistemas")	100,00	100,00
BCS FLEX Comércio e Serviços de Informática Ltda. ("BCS FLEX")	100,00	100,00
HBA Informática Ltda. ("HBA")	100,00	100,00
Soft Team Consultoria e Informática Ltda. ("Softteam") (b) (d)	100,00	100,00
Datsul S.A. de C.V. ("Datsul USA")	100,00	100,00
Datsul Incorporation ("Datsul USA")	100,00	100,00
Datsul Argentina S.A. ("Datsul Argentina")	100,00	100,00
Totvs Serviços Inform. e Consultoria S.A. ("Totvs Serviços")	100,00	100,00
Gens Tecnologia da Informação Ltda. ("Gens")	100,00	100,00
YMF Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("YMF")	100,00	100,00
Tools Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("Tools")	100,00	100,00
DTSL Sistemas e Serv. de Inform. S.A. ("Datsul Paranaense")	100,00	100,00
Soft Team Consultoria e Informática Ltda. ("Softteam") (b) (d)	100,00	100,00
DTS Consulting Partner, AS de CV ("Partner") (d)	100,00	100,00
Henry Software Ltda.	100,00	100,00
TotalBanco Participações S.A. (e) (d)	70,00	70,00
MZS Serviços em Informática Ltda. (a)	100,00	-
SRC Serviços em Informática Ltda. (a)	100,00	-
Malpica Serviços de Informática Ltda. (a)	100,00	-

(a) Combinação de negócios em 2010, vide Nota 4. (b) Participação acionária alienada em 2010 pelo valor de R\$ 50 milhões. (c) Empresa controlada em 2010, vide Nota 4. (d) Participação acionária de não controladores em 2010, vide nota 4. (e) Participação indireta. A Companhia possui opção de compra de 30% da participação dos não controladores da TotalBanco.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2010 e 2009, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária. Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e são práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes. **2.2. Receitas e despesas** - A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (help desk). As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém nenhum controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato. As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhece a medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas. O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de dados e de custos de software revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção composto, principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais. **2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira** - A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidada. As demonstrações financeiras da controladora e consolidada da Companhia são preparadas e avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora sob preparação com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem dependência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados são apresentados em Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa** - Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros a valor justo por meio do resultado". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5. **2.5. Contas a receber de clientes** - Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso. **2.6. Investimentos em controladas** - Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para o controle de controladora. **2.7. Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição. A patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecimento separadamente), ele não é tratado separadamente em relação ao seu valor recuperável. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora. As demonstrações financeiras da controladora e consolidada da Companhia são divulgadas a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofrerão perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável menos a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. **2.8. Depreciação dos bens** é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor

líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto no Item 17 dos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43. A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, (ii) o método de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (iii) o ativo imobilizado para a Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses métodos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia. **2.8. Arrendamentos mercantis** - Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos indiretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzem o passivo de arrendamento mercantil financeiro ao longo da vida útil dos juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado. Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo da obra terá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado de acordo com a vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. **2.9. Intangíveis** - Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento ao custo. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculadas a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 13). **2.11. Outros ativos e passivos** - Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido quando o balanço possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. **2.12. Tributação e impostos sobre vendas** - As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Injeção Social (PIS) 0,65% e 0,30%; • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,65%; • Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%. Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social - correntes** - A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as incluídas ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos e débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Impostos diferidos** - Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e o período de reversão dos impostos diferidos ativos é limitado ao prazo de validade do imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.13. Pagamento baseado em ações** - Administradores exercendo de 2010, 2009 e 2008, a Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital. **2.14. Outros benefícios a empregados** - Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada - contribuição definida, administrada por seguradora (Nota 24) e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.15. Lucro por ação** - A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital. **2.16. Outros resultados abrangentes** - Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada - contribuição definida, administrada por seguradora (Nota 24) e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.17. Juízo de contas** - A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital. **2.18. Outros resultados abrangentes** - Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada - contribuição definida, administrada por seguradora (Nota 24) e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. **2.19. Lucro por ação** - A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital. **2.20. Informações por segmento** - Em função da concepção de suas atividades e no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implantação, na consultoria, assessoria e manutenção, e a eles relacionados a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da Companhia, embora sejam destinados a diversos segmentos de negócios da economia (agroindústria, infraestrutura, construção e projetos, saúde médico-hospitalar, logística e distribuição, transportes, educacional, serviços financeiros, jurídico, varejo, e serviços) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

**Mercantil Financeiro** - A companhia controlou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A Companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros. **Estimativas e premissas** - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas são os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorará a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolção. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 13. **Transações com Pagamentos Baseados em Ações** - O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos em base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25. **Impostos** - Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e



Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01.01.2009	2010	2009	01.01.2009
Totvs Brasília	-	472	-	-	472	-
Datasul S.A. de CV	-	2.172	1.337	-	2.172	1.337
Hery	-	401	-	-	401	-
Gens	1.485	-	-	1.485	-	-
IOSSTS	-	-	9	-	-	9
	<b>1.485</b>		<b>1.654</b>	<b>1.485</b>	<b>3.045</b>	<b>1.654</b>

**12. Imobilizado**

Os custos do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora					Total do ativo imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
<b>Custo ou avaliação</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	25.798	3.212	4.202	2.860	5.639	41.711
Adições	6.645	2.351	639	420	839	10.894
Baixas	(1.327)	(1.023)	(569)	-	(2.254)	(5.173)
Transferência	8.455	946	1.138	778	2.332	13.649
Saldos em 31 de dezembro de 2009	39.571	5.486	5.410	4.058	6.566	61.081
Adições	8.231	2.494	1.484	329	1.440	13.978
Baixas	(505)	(859)	(61)	(47)	(1.046)	(2.518)
Transferência	-	1	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>47.297</b>	<b>7.122</b>	<b>6.832</b>	<b>4.340</b>	<b>6.950</b>	<b>72.561</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(10.759)	(372)	(1.292)	(1.224)	(1.721)	(15.348)
Depreciação no exercício	(5.408)	(925)	(4.467)	(452)	(1.093)	(8.349)
Baixas	1.273	307	279	-	774	2.633
Transferência	(9.134)	(1.276)	(1.143)	(802)	(1.294)	(13.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(24.028)	(2.270)	(2.623)	(2.478)	(3.334)	(34.733)
Depreciação do exercício	(5.982)	(1.094)	(502)	(225)	(1.393)	(9.196)
Baixas	460	351	35	22	312	1.180
Transferência	1	-	-	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>(29.549)</b>	<b>(3.013)</b>	<b>(3.090)</b>	<b>(2.681)</b>	<b>(4.416)</b>	<b>(42.749)</b>
<b>Valor residual</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>17.748</b>	<b>4.109</b>	<b>3.742</b>	<b>1.659</b>	<b>2.534</b>	<b>29.792</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	15.543	3.216	2.787	1.580	3.222	26.348
Saldos em 01 de janeiro de 2009	15.039	2.840	2.910	1.636	3.918	26.343
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

	Consolidado					Total do ativo imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
<b>Custo ou avaliação</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	38.185	5.355	5.471	3.539	7.061	59.611
Adições	8.810	2.635	1.024	668	1.038	14.175
Baixas	(1.869)	(1.095)	(894)	(32)	(2.635)	(6.525)
Transferências	1.038	632	1.412	2.036	4.982	10.004
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<b>46.184</b>	<b>6.263</b>	<b>7.013</b>	<b>5.181</b>	<b>7.502</b>	<b>72.143</b>
Adições	9.965	2.640	1.669	477	1.582	12.343
Baixas	(786)	(1.058)	(178)	(51)	(1.101)	(3.174)
Transferências	13	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>55.376</b>	<b>7.845</b>	<b>8.504</b>	<b>5.594</b>	<b>7.983</b>	<b>85.302</b>
<b>Depreciação</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(19.873)	(1.171)	(2.875)	(1.726)	(2.193)	(27.748)
Depreciação no exercício	(6.536)	(1.045)	(635)	(493)	(1.166)	(9.875)
Baixas	1.551	356	535	16	791	3.249
Transferência	(1.811)	(682)	(207)	(999)	(1.183)	(4.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(26.669)	(2.542)	(3.182)	(3.202)	(3.661)	(39.256)
Depreciação do exercício	(7.391)	(1.238)	(678)	(368)	(1.457)	(11.132)
Baixas	466	458	90	218	369	1.621
Transferência	161	1	-	(183)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>(33.393)</b>	<b>(3.321)</b>	<b>(3.769)</b>	<b>(3.535)</b>	<b>(4.749)</b>	<b>(48.767)</b>
<b>Valor residual</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>21.983</b>	<b>4.524</b>	<b>4.735</b>	<b>2.059</b>	<b>3.234</b>	<b>36.535</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	19.515	3.721	3.831	1.979	3.841	32.887
Saldos em 01 de janeiro de 2009	18.312	4.184	2.596	1.813	4.958	31.863
Taxas médias de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2010. O valor contábil do imobilizado mantido sob contratos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.037 (R\$6.165 em 31 de dezembro de 2009 e R\$9.480 em 01 de janeiro de 2009). Não houve adições ao imobilizado durante o exercício de 2010 (R\$740 no exercício de 2009) referente a itens sob contratos de arrendamento mercantil financeiro.

**13. Intangível**

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora					Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	
<b>Custo ou avaliação</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	151.087	62.264	83.223	157.654	11.114	277.955
Adições	6.857	(265)	(1)	26.226	(596)	33.130
Baixas	(29)	(12)	-	-	(17)	(58)
Transferências	-	-	-	1.299	(1.299)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<b>157.915</b>	<b>61.987</b>	<b>83.222</b>	<b>185.179</b>	<b>9.202</b>	<b>281.265</b>
Adições	(404)	-	-	8.758	4.200	41.631
Baixas	(112)	-	-	-	-	(1)
Transferências	-	-	-	1.299	1.299	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>157.399</b>	<b>61.987</b>	<b>83.222</b>	<b>192.639</b>	<b>14.701</b>	<b>322.896</b>
<b>Amortização</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(6.744)	(1.767)	(7.772)	(6.166)	(4.654)	(134.272)
Amortização no exercício	(15.006)	(4.543)	(18.599)	(17.094)	(1.644)	(56.886)
Baixas	(75)	(13)	-	(54)	1.652	58
Transferência	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(21.825)	(6.323)	(26.425)	(24.273)	(4.646)	(134.214)
Amortização do exercício	(15.638)	(4.092)	(18.654)	(20.177)	(1.772)	(60.333)
Baixas	18	(1)	-	-	-	18
Transferência	-	(1)	2	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>(37.445)</b>	<b>(10.416)</b>	<b>(45.077)</b>	<b>(44.450)</b>	<b>(6.419)</b>	<b>(134.214)</b>
<b>Valor residual</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>119.954</b>	<b>51.571</b>	<b>38.145</b>	<b>148.189</b>	<b>8.282</b>	<b>188.682</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	136.090	55.664	56.797	160.906	4.556	147.051
Saldos em 01 de janeiro de 2009	144.343	60.497	75.451	151.488	6.460	143.683
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)

(\*) Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

	Consolidado					Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	
<b>Custo ou avaliação</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	160.427	83.223	83.223	169.159	18.606	278.799
Adições	8.784	3	-	27.064	8.709	57.341
Baixas	(1.233)	(657)	-	(1.723)	-	(1.631)
Transferências	1.251	784	(2)	(2.480)	(259)	(56)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<b>169.229</b>	<b>63.655</b>	<b>83.221</b>	<b>195.466</b>	<b>25.734</b>	<b>288.884</b>
Adições	(309)	-	-	13.517	4.205	42.174
Baixas	(118)	(3)	-	(3.513)	(31)	(3.665)
Transferências	3	(1)	-	(1)	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>168.805</b>	<b>63.651</b>	<b>83.221</b>	<b>205.469</b>	<b>29.907</b>	<b>331.058</b>
<b>Amortização</b>						
Saldos em 1 de janeiro de 2009	(7.094)	(1.814)	(7.772)	(7.619)	(4.984)	(163.638)
Amortização no exercício	(16.165)	(4.652)	(18.653)	(18.098)	(2.530)	(60.998)
Baixas	631	(3)	(54)	(46)	282	810
Transferência	(764)	(11)	54	103	370	808
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(23.392)	(6.480)	(26.425)	(25.660)	(5.862)	(134.299)
Amortização do exercício	(16.920)	(4.201)	(18.652)	(21.638)	(4.809)	(531)
Baixas	19	-	-	613	(1)	631
Transferência	1	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>(40.292)</b>	<b>(10.681)</b>	<b>(45.077)</b>	<b>(46.685)</b>	<b>(10.673)</b>	<b>(134.830)</b>
<b>Valor residual</b>						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<b>128.513</b>	<b>52.970</b>	<b>38.144</b>	<b>158.784</b>	<b>19.234</b>	<b>196.228</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	145.837	57.175	56.796	169.806	19.872	154.585
Saldos em 01 de janeiro de 2009	153.333	61.913	75.451	161.540	13.622	144.444
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)

(\*) Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

	13.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios - A					13.2. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios - B				
	01.01.2009	Adições	Baixas	2009	Adições	Baixas	2010	Adições	Baixas	2010
RM (a)	90.592	-	-	90.592	-	-	90.592	-	-	90.592
Long Center (a)	5.703	-	-	5.703	-	-	5.703	-	-	5.703
Totvs BMI (a)	2.053	-	-	2.053	-	-	2.053	-	-	2.053
Midbyte	1.765	-	-	1.765	-	-	1.765	-	-	1.765
IOSSTS (a)	2.643	-	-	2.643	-	-	2.643	-	-	2.643
BCS (a)	10.610	-	-	10.610	1.211	-	11.821	-	-	11.821
Datasul (a)	29.917	167	-	30.084	-	-	30.084	-	-	30.084
Setware	761	961	-	1.722	-	-	1.722	-	-	1.722
Hery (d)	-	3.174	-	3.174	(247)	-	2.927	-	-	2.927
TotalBanco	-	6.600	-	6.600	923	-	7.523	-	-	7.523
M2I (b) (c)	-	-	-	-	531	(531)	-	-	-	-
M2S (c)	-	-	-	-	-	-	12	-	-	12
SRC (c)	-	-	-	-	-	-	33.688	-	-	33.688
Mapifa	-	-	-	-	-	-	6.056	-	-	6.056
	<b>144.444</b>	<b>10.141</b>	<b>-</b>	<b>154.585</b>	<b>42.174</b>	<b>(531)</b>	<b>196.228</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>196.228</b>

(a) Empresas incorporadas pela Totvs. (b) Empresa alienada em 2010. (c) Combinação de negócios 2010 (nota 4). (d) Ajuste no valor total a pagar na aquisição, pela não cumprimento de cláusulas contratuais.

Das adições de intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no montante de R\$ 59.587 (R\$54.701 em 2009), R\$ 39.756 referem-se a ações das operações de combinações de negócios mensurados pelo valor justo (Nota 4). A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados. Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa futuro descontado e custo de reposição, dentre outras. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foi utilizada a taxa de 15% a 22,8% (12,56% a.a. em 2009) (em termos reais), variando de acordo com o ativo intangível analisado. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente. O grupo de "Outros Intangíveis" é composto basicamente por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características: **a) Direitos de exploração de áreas** - Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsiga e Logocenter. Estes direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 94 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descont

Fiscal de Lançamento de Débito nº 35.136.711-0, de 30/08/2000, julgada nula por decisão da Quarta Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social. A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal. **Tributárias** - Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração no montante de R\$3.628 (R\$4.426 atualizado até 31 de dezembro de 2010, R\$4.086 em 31 de dezembro de 2009), relativos a questionamentos por ter deixado de adiar ao seu lucro tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro tributável, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal. A Companhia sofreu oito autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ICS, relativo ao período de 1996 a 2000, no valor de R\$904 (R\$8.868 atualizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$4.923 em 31 de dezembro de 2009). As autuações que ainda encontram-se na esfera administrativa decorrem do entendimento da Municipalidade de São Paulo de que o serviço prestado pela filial de Joinville seria desenvolvido dentro dos limites do Município de São Paulo. A administração e os assessores jurídicos da Companhia entendem que o serviço é todo desenvolvido na filial (Joinville) e consideram que o imposto foi devidamente recolhido naquele município. Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2007, a Companhia sofreu auto de infração lavrado em face da Datasul S.A., no montante de R\$1.357 (R\$1.799 atualizados até 31 de dezembro de 2010, R\$1.658 atualizado em 31 de dezembro de 2009), relativos a questionamentos por ter deixado de recolher na fonte o imposto de renda sobre valores pagos por terceiros aos beneficiários de cartões de crédito nos institutos em Plano de Marketing anteriormente adotado. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal. Adicionalmente, a Companhia é parte em autuações expedidas pela Receita Federal, totalizando o valor de R\$1.786 atualizados até 31 de dezembro de 2010 (R\$1.776 em 31 de dezembro de 2009). **Cíveis** - A Companhia figura como ré em ações ordinárias ajuizadas por clientes e terceiros para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, totalizando o valor de R\$23.823 atualizados até 31 de dezembro de 2010 (R\$17.455 em 31 de dezembro de 2009). **Trabalhistas** - A Companhia é parte em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, nos quais são requeridos: pagamento de horas extras, reconhecimento de vínculo, 13º salário entre outros, totalizando o valor de R\$6.741 atualizados até 31 de dezembro de 2010 (R\$6.011 em 31 de dezembro de 2009). **Impostos** - A Companhia é parte em processos de cobrança de impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

**20. Patrimônio líquido**

**a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Companhia era composto por 31.459.272 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (31.152.402 em 31 de dezembro de 2009 e em 01 de janeiro de 2009), conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		01 de janeiro de 2009	
	Acções	%	Acções	%	Acções	%
LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.	5.352.198	17,01	5.352.198	17,18	5.352.198	17,18
BNDES Participações S.A.	1.657.527	5,27	2.032.214	6,52	2.032.214	6,52
Genesis Asset Managers, LLP	1.576.704	5,01	1.590.504	5,11	1.534.564	4,93
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	434.807	1,38	1.574.564	5,05	1.825.376	5,86
Finley Management & Research Company	-	-	505.899	1,59	1.449.300	4,63
Outros	22.338.036	71,33	20.097.023	64,51	18.443.750	59,20
	<b>31.459.272</b>	<b>100,00</b>	<b>31.152.402</b>	<b>100,00</b>	<b>31.152.402</b>	<b>100,00</b>

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 540.000. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição. Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas. Conforme mencionado na nota 18, em função da conversão de lucros em ações da companhia, em 19 de agosto de 2010, o conselho de administração da TOTVS aprovou a emissão de 30.670 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 97,747683 por ação, com consequente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.996.

**b) Reservas de capital** - Os saldos das reservas de capital em 31 de dezembro de 2010 e 2009 eram compostos da seguinte forma:

	2010	2009	01.01.2009
Reserva de ágio	31.557	31.557	31.557
Reserva de ágio por incorporação	14.330	14.330	14.330
Reserva de ágio em ações (valor justo)	7.070	2.964	944
Plano de outorga de ações	60.406	48.851	46.831

A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005. A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsto legal, para: i) pagamento de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; ii) resgate, reembolso ou compra de ações; iii) resgate de partes beneficiárias; iv) incorporação ao capital social; ou v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada. **c) Reserva legal** - A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes de lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor total do capital. **d) Orçamento de capital designado** - O Conselho de Administração aprovou o orçamento de capital de 2010 em 27 de janeiro de 2011, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, destina o saldo total da conta de reserva para retenção de lucros, no montante de R\$87.156, para as aplicações demonstradas abaixo:

	2010
Projetos de expansão, reposição de ativos e pesquisa e desenvolvimento.	264.121
Total das aplicações	264.121

Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2010 110.293  
Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2010 (não auditado) 153.828  
Total das fontes 264.121

**21. Dividendos**

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Com relação ao exercício de 2010, em 21 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração autorizou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no montante de R\$ 27.000, a ser imputado no dividendo mínimo obrigatório, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

	2010	2009
Lucro líquido do exercício da controladora	138.196	120.296
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(6.910)	(6.015)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	131.286	114.281
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	32.822	28.570
Dividendos adicionais propostos pela administração	50.528	40.689
Dividendos propostos pela administração	83.350	69.259

**Forma de pagamento**  
(-) Juros sobre o capital próprio pagos 27.000 22.500  
Imposto de renda retido sobre Juros sobre capital próprio (3.757) (2.838)  
Dividendos 60.107 49.957

	2010	2009
Dividendos referentes ao exercício anterior	43.526	16.511
Dividendo mínimo obrigatório do exercício	5.822	6.070
Total de dividendos subtraídos do Patrimônio Líquido	49.348	22.581
Quantidade de ações em 31 de dezembro	31.459.272	31.152.402
Dividendo e juros sobre o capital próprio por lote de 1000 ações - em reais	2.649,46	2.223,23

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 33.139 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 25.974 em 31 de dezembro de 2009) inclui a distribuição de exercício demonstrada acima, assim como o saldo residual de exercícios anteriores. Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

**22. Cobertura de seguros**

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil. A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços, logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial. Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas. Em 31 de dezembro de 2010, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	De	Até	Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
Compreensivo Empresarial	Sul América	13/6/2010	13/6/2011	30.000	85.000
Responsabilidade Civil Geral	Sul América	13/6/2010	13/6/2011	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/1/2010	7/1/2011	1.150	-

**23. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

**a) Análise dos instrumentos financeiros** - A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

E é apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	2010	2009	2010	2009
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	232.508	207.721	120.677	232.508
Títulos e valores mobiliários	56.446	41.783	26.729	56.446
Contas a receber, líquidas	257.938	216.681	215.155	257.938
Impostos a recuperar	219.699	216.699	222.963	219.699
Outros ativos	31.393	10.927	15.927	10.927
<b>Total</b>	<b>608.177</b>	<b>698.677</b>	<b>596.451</b>	<b>608.177</b>
<b>Passivos Financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	218.259	217.876	168.512	218.259
Arrendamentos mercantis	2.037	6.165	9.480	2.037
Debêntures e prêmio de não conversão	183.527	217.437	208.411	183.527
Valor justo das debêntures conversíveis	14.423	-	-	-
Contas a pagar e fornecedores	55.944	56.749	46.846	55.944
Dividendos	34.302	25.947	17.213	34.302
Impostos a pagar	5.903	7.198	7.937	5.903
Outras obrigações	70.927	63.193	48.491	70.927
Total	<b>585.322</b>	<b>594.565</b>	<b>506.890</b>	<b>585.322</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e pressupostos foram utilizados para estimar o valor justo: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo são aproximadas de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo dessas instrumentos. • A parcela das debêntures conversíveis e as Debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 18. **b) Mensuração do valor justo** - A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado: a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e é baseada em cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos líquidos; b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de dados de mercado de instrumentos financeiros cotados em mercados ativos, com base em ativos e passivos líquidos; c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1		Nível 2		Nível 3	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	218.259	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	183.527
Valor justo das conversões futuras	-	-	-	-	-	14.423

**c) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros** - A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos patrimoniais. Durante o exercício de 2010, conforme nota explicativa nº 19, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (15% em ações da companhia, e projetou o impacto do valor justo das futuras conversões (2011, 2012 e 2013). Portanto, o prêmio de não conversão de 60% das debêntures (% máximo de conversão) foi estimado, restando provisionado somente o prêmio de não conversão das debêntures não convertidas em ações (40%). Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010 se aproximam dos valores de mercado. Os principais riscos relacionados às operações da Companhia estão a) **Risco de Taxa de Câmbio** - Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das aplicações financeiras. A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Conforme descrito na Nota 18, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos. Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação - PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada operação, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros. O valor registrado em função da conversão obrigatória das debêntures em ações da Companhia em 2010 e 2009, em atendimento ao referir, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,75% para o ano de 2010 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2010, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	CDI	11,75%	8,81%	5,88%
Posição em 31.12.2010		22.963	17.218	11.492

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES		15.778	18.933	22.089
Reserva de variação	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
RS210.370		16.704	19.101	21.456
Debêntures	IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

\* Saldos em 31 de dezembro de 2010 aplicados em CDB e Operações Compromissadas  
Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2010, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 31 de dezembro de 2010, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 31 de dezembro de 2010 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES		15.778	18.933	22.089
Reserva de variação	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
RS210.370		16.704	19.101	21.456
Debêntures	IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
Taxa/índice sujeitos às variações	TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

\* Saldos em 31 de dezembro de 2010  
A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações. Essas cláusulas restritivas foram adotadas para garantir a liquidez e a capacidade de condução do curso normal das operações. Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a) Risco de liquidez** - O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que o fluxo operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de inadimplência a terceiros controladas. **b) Risco de crédito** - Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das operações de suporte dos negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A TOTVS controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações por aquisição de investimentos, menos caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

**24. Planos de Previdência Privada - Contribuição Definida**

A Companhia mantém planos de previdência privada administrados pelo Itaú Vida e Previdência, nos quais a contribuição é feita por meio de contribuições efetuadas pelas partes e pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em: • Contribuição Básica - corresponde a 2% do salário de contribuição do participante; no caso de estatutários a contribuição varia de 2% a 5%; • Contribuição Voluntária - contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa; • Contribuição da Empresa - correspondente a 100% da contribuição básica mensal. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e freqüências livres. **b) HSBG** - A Companhia possui o Programa de Previdência Privada Complementar (PGBL - Plano Gerador de Benefícios Líquidos). Para os participantes que optaram pelo plano de Previdência, a empresa assume a taxa administrativa do plano, que é de 0,95%. Sendo as contribuições mensais suportadas exclusivamente pelos participantes. As parcerias firmadas são segregadas e a opção do participante por um dos planos depende do contrato firmado entre a instituição e a sua unidade. A natureza dos planos permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por sua natureza voluntária. As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, totalizaram R\$3.683 na Controladora e R\$3.907 no Consolidado (R\$4.308 e R\$4.552, respectivamente em 31 de dezembro de 2009).

**25. Plano de outorga de opção de ações**

Em 26 de novembro de 2007 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Plano de Outorga de Opção de Ações. Esse plano é administrado pelo Conselho de Administração que estabelece os critérios de outorga das opções para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo, inclusive, com base em indicação do Comitê de Remuneração e Direção de Recursos Humanos, quais os profissionais elegíveis que serão participantes, assim como a quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções. O Plano de Outorga é válido pelo prazo de 60 meses, contados da aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, permanecendo em vigor até a expiração do prazo de exercício das opções em circulação. A quantidade total de ações destinadas a esse plano não poderá ultrapassar a 3,3% do capital social da Companhia no prazo de 3 anos, contados da data de aprovação do plano pela Assembleia Geral Companhia. Em 30 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração aprovou a eleição dos participantes do plano e o número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das respectivas opções, totalizando 20.057 opções de ações, com preço de exercício de R\$46,16, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificadas nos pregões dos 5 dias anteriores. Em 22 de janeiro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 2ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 182.555 opções de ações, com preço de exercício de R\$36,04, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificadas nos pregões dos 5 dias anteriores. Em 22 de janeiro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 3ª outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções totalizando 335.315 opções de ações, com preço de exercício de R\$15,79, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificadas nos pregões dos 5 dias anteriores. Em 19 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a concessão da 4ª e última outorga do plano de opção de ações da Companhia, a eleição dos participantes elegíveis a respectiva outorga e o número de ações que cada um dos participantes poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 370.842 opções de ações ao preço de exercício de R\$15,90, correspondentes à média aritmética do valor unitário das ações verificadas nos pregões dos 5 dias anteriores. Tal outorga possui 2 prazos de carência para o exercício das opções, quais sejam: i) 50% das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2014 e ii) 50% das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2015. Com a aprovação desta outorga a Companhia respeitou o limite 3,3% de ações destinadas do capital social, contados da data de aprovação do plano pela Assembleia Geral Companhia, bem como declarou encerrado o Plano de Opções de Ações. O exercício das opções outorgadas tem como condição de reserva de direito (vesting) o exercício das opções apenas ao final do período de 36 meses a contar da data de outorga, excção feita ao 4º e último lote que possui datas específicas conforme mencionadas acima, não podendo tal exercício se dar em prazo superior a 60 meses contados da data de outorga. As opções outorgadas por este plano são pessoais e intransferíveis, decorridos ou não os prazos de reserva de direito (vesting). Em 31 de dezembro de 2010 não há opções exercíveis, uma vez que ainda não transcorreu o prazo de 36 meses das datas de outorga. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Outorga	Precificação de opções	Expectativa de:		Premissas valor justo		Prazo de Maturidade
		Dividendos	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Taxa de risco	
1a	15,83	2,40%	37,94%	11,75%	4 anos	
2a	11,21	3,30%	38,54%	11,25%	4 anos	
3a	39,82	1,97%	37,37%	10,75%	4 anos	
4a	66,43 e 74,27	2,00%	37,37%	10,75%	4 anos	

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 4.106 (R\$ 2.020 em 31 de dezembro de 2009), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação. A vida esperada das opções é baseada em dados históricos e não indica necessariamente padrões de exercício de opções de compra de ação. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido pelo número de ações ordinárias disponíveis no cenário real. Não ocorreram alterações no plano durante os exercícios de 2010 e 2009.